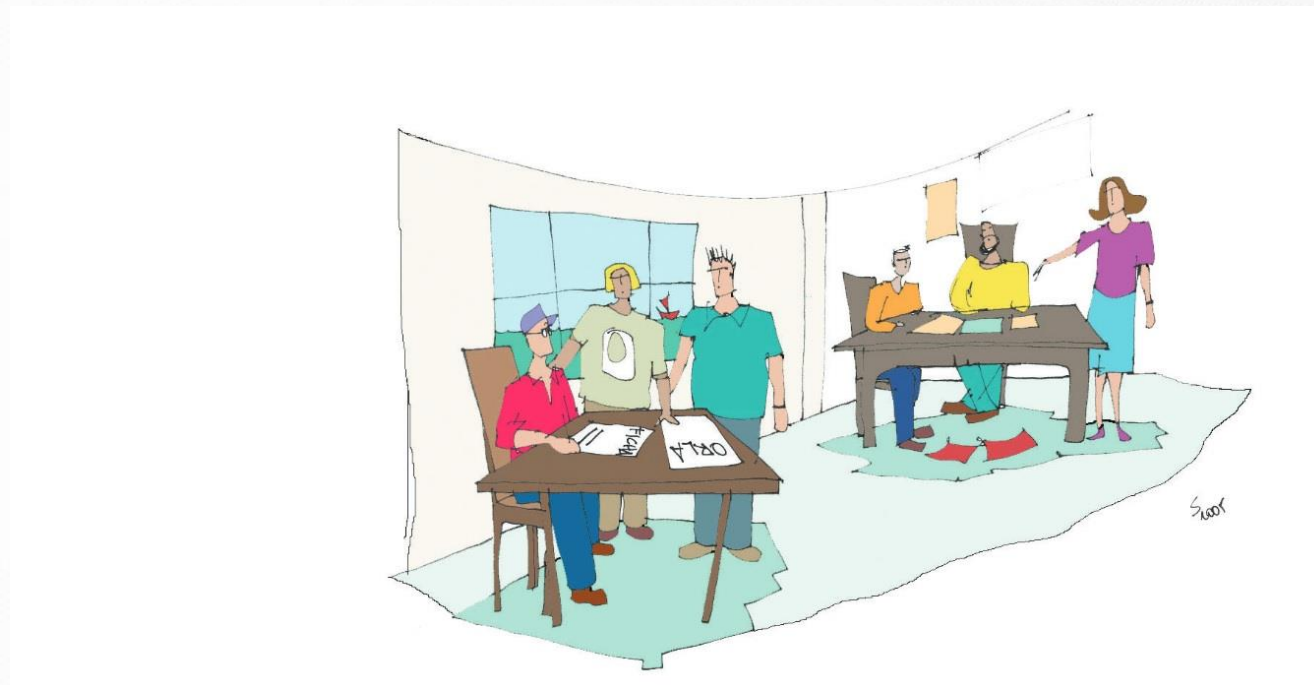


O Projeto Orla



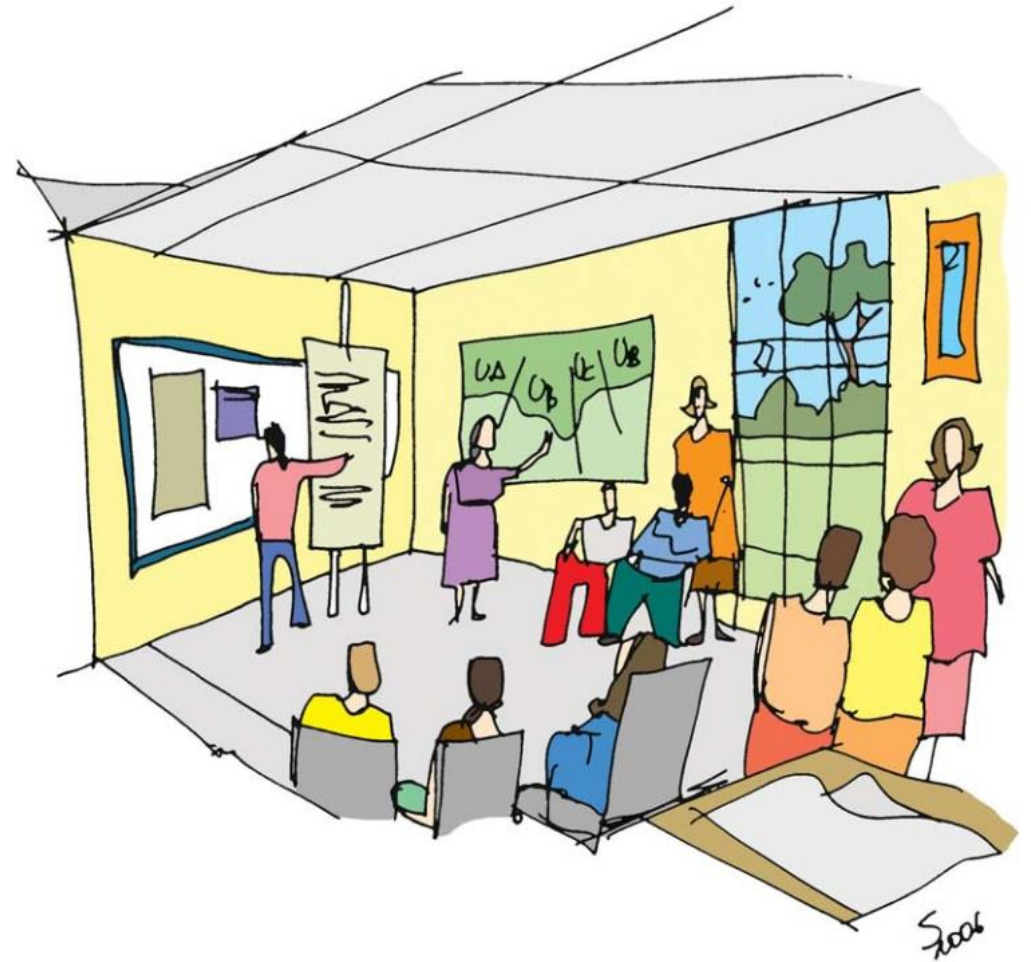
Temas a serem abordados

- Conceituação
- A Metodologia
- O arranjo institucional
- O papel do Facilitador do Projeto Orla
- O Dossiê do PGI
- Delimitação da Orla
- Etapas do PGI
- Diagnóstico Patrimonial
- Cenários
- Quadro Detalhado do PGI
- Resultados esperados



Conceituação

- metodologia de planejamento integrado de orlas e praias
- objetiva a articulação de políticas públicas (**patrimonial**, ambiental, urbana, econômica, turística, etc)
- qualificação dos investimentos públicos e privados, por meio de ações consensuadas entre as esferas de governos (federal, estaduais e municipais), mercado e sociedade civil
- Oficinas participativas de planejamento promovidas pelo município.



A metodologia

Orientação – conceitual, metodológica e fluxo de processos



O manual do Projeto Orla atualizado, publicado em abril de 2022 pela CNPO

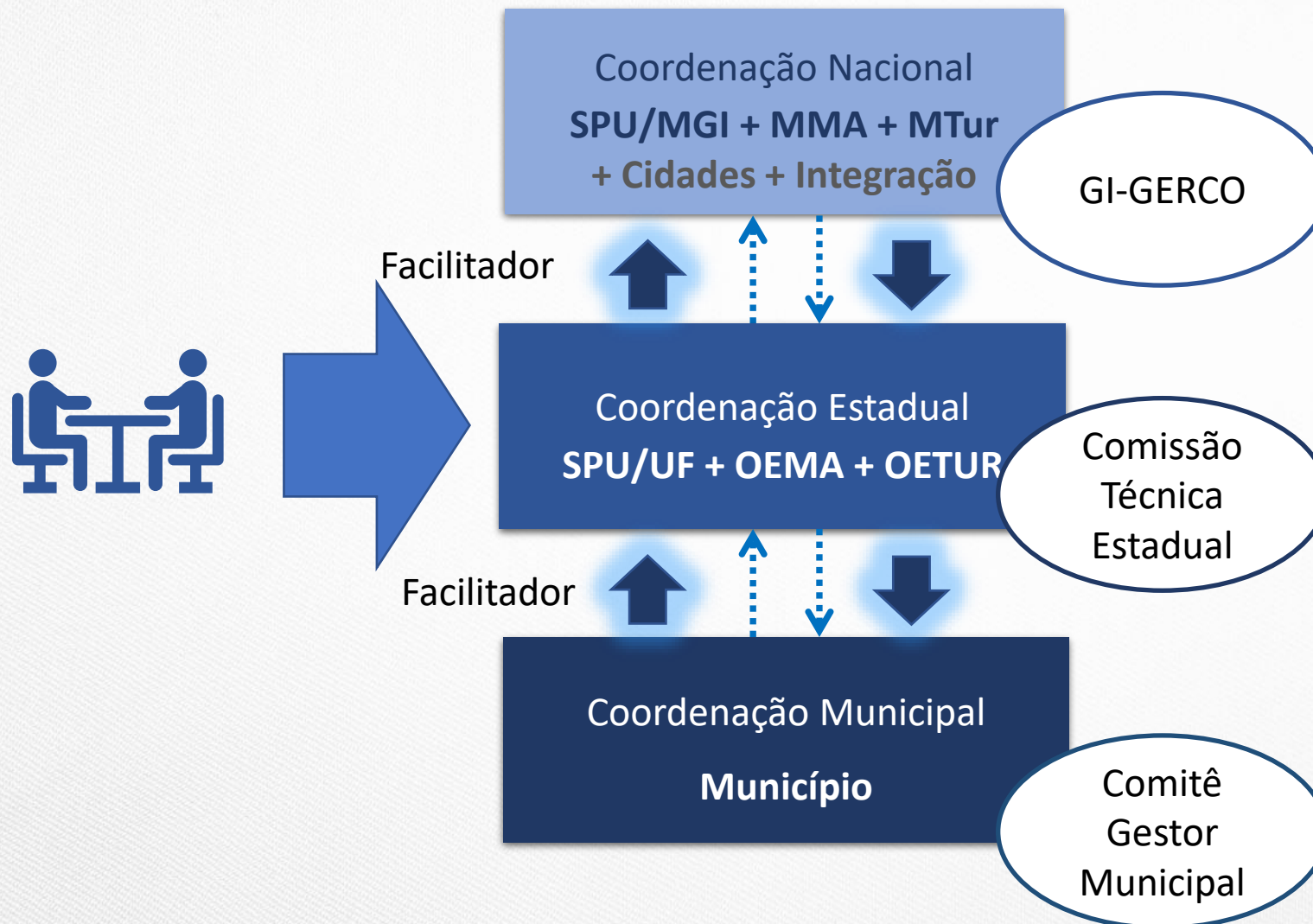
gov.br/spu/praias

- A metodologia tem fundamento na Lei nº 7.661, de 1988, e no Decreto nº 5.300, de 2004



Os Manuais do Projeto Orla, cinco publicações da SPU e do MMA (2002 e 2006) – base conceitual

Arranjo Institucional



- ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS de Meio Ambiente, Defesa Civil, Saneamento etc.
- **normatiza, dá suporte e valida os PGIs**
identifica linhas de financiamento no âmbito dos órgãos federais envolvidos
- ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS de meio ambiente, turismo, planejamento, defesa civil, saneamento, etc.
- ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS COM ATUAÇÃO LOCAL como Sudene, Ibama, ICMBio, SPU etc.
- **apoia a organização da elaboração e aprova os PGIs**
- **monitora a implantação**
- **Paritário (Município e Sociedade Civil)**
- **núcleo de articulação e deliberação**
- **organiza e elabora o PGI com apoio do facilitador**
- **monitora a implantação e propõe a revisão**

Documentos do PGI

- Canal de diálogo entre **diversos grupos sociais, governamentais e não-governamentais**, que permite a identificação dos **problemas e potencialidades da orla**, assim como as **ações e diretrizes** para resolver os problemas ou otimizar as potencialidades, de forma participativa, subsidiando a ação da administração pública através de seus produtos:

- **Dossiê do Plano de Gestão Integrada –PGI:**

- Texto
- Mapas georreferenciados
- Quadro Detalhado do PGI
- Diário do PGI
- Parecer do Facilitador
- Minuta p/ formalizar o Comitê

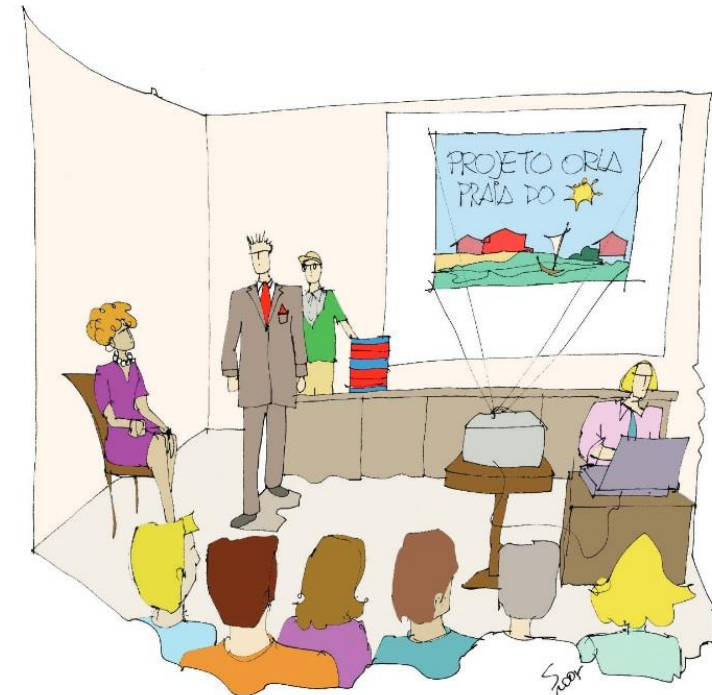
- **Comitê Gestor da Orla**



Figura: Manual do Projeto Orla, 2022

O papel do Facilitador

- Identificar, coordenar e ajudar na participação de todos os atores na construção coletiva de conhecimentos, propostas e pactos durante a realização das duas etapas da Oficina;
- Acompanhamento ao longo da consolidação dessas etapas e do próprio PGI.
- O(a) Facilitador(a) deve ajudar os participantes na elaboração das análises, na mediação de conflitos e na definição preliminar de propostas para o Plano de Gestão Integrada da Orla.



Orientações para contratação do Facilitador

PROJETO
ORLA

APÊNDICE 04

Apêndice 4: Diretrizes para contratação de facilitadores para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla por municípios

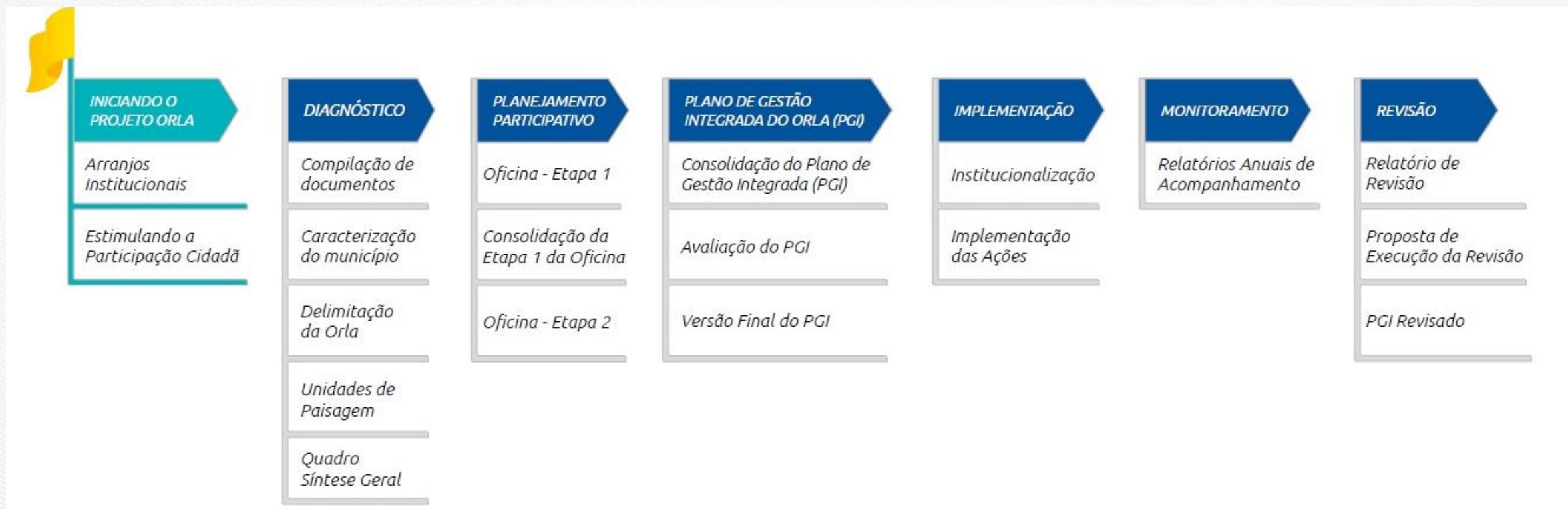
Lista dos Facilitadores disponível na página de gestão de praias da SPU (gov.br/spu/praias)

https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/facilitadores-do-projeto-orla_21-11-2022.pdf

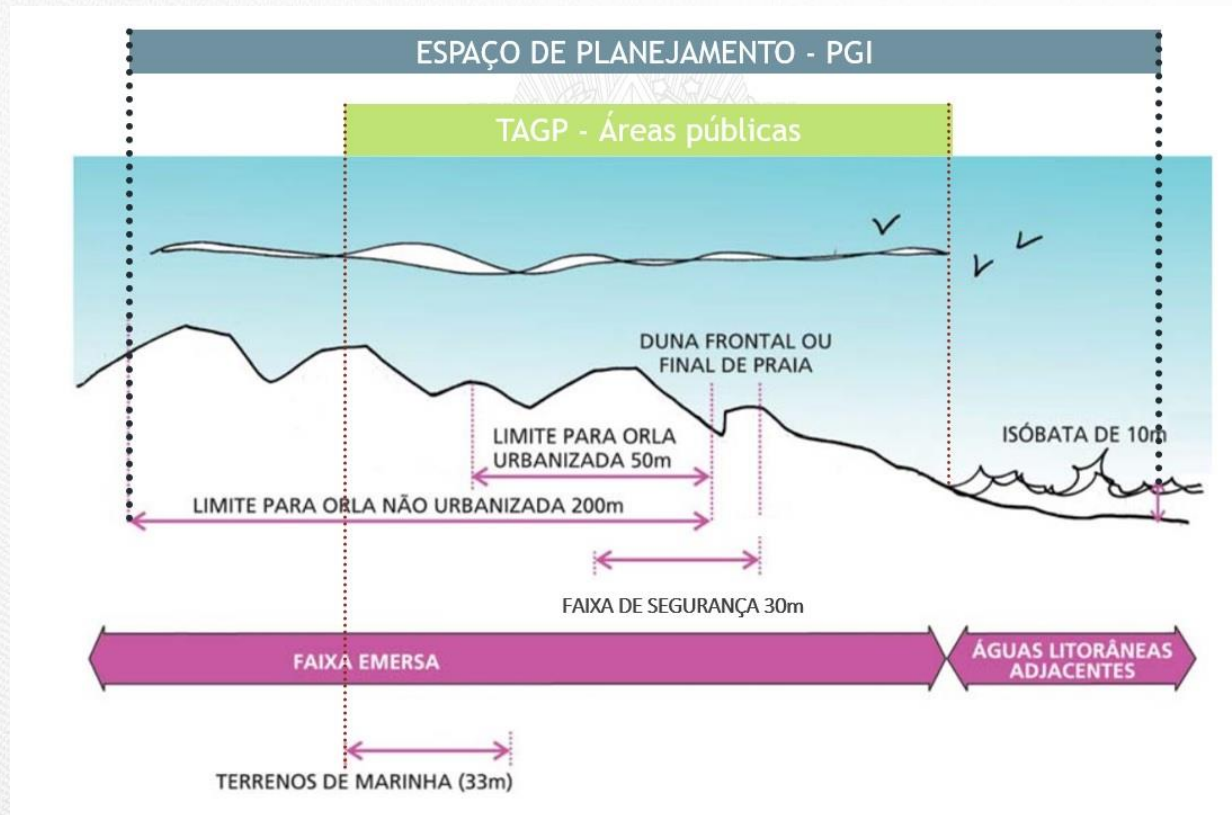
O papel do Facilitador

- Realizar visita(s) técnica(s) e estudos para o levantamento de informações sobre o município;
- Capacitar a Coordenação Municipal do Projeto Orla Orla - CMPO
- Desenvolver o diagnóstico da orla (**atenção ao diagnóstico patrimonial**)
- Organizar o material para a oficina (etapas 1 e 2)
- Disponibilizar mapas georreferenciados da orla do município;
- Liderar as estratégias de mobilização social, realizar contatos com diversos atores necessários para garantir a representatividade dos grupos de interesse no processo de elaboração do PGI;
- Mediar o processo de explicitação dos potenciais e conflitos sociais, ambientais e econômicos
- Conduzir a oficina (etapas 1 e 2)
- Elaborar o PGI de acordo com a metodologia estabelecida
- Consolidar o PGI, atestando, perante a Coordenação Estadual, sua adequação às diretrizes do Projeto Orla
- Orientar o município na elaboração do regimento interno do Comitê Gestor da Orla Municipal (CG)
- Participar da organização e condução de consultas e Audiência Pública
- Manter e organizar o Diário do PGI
- Entrega do Termo de encerramento do Diário do PGI

Etapas do Plano de Gestão Integrada da Orla

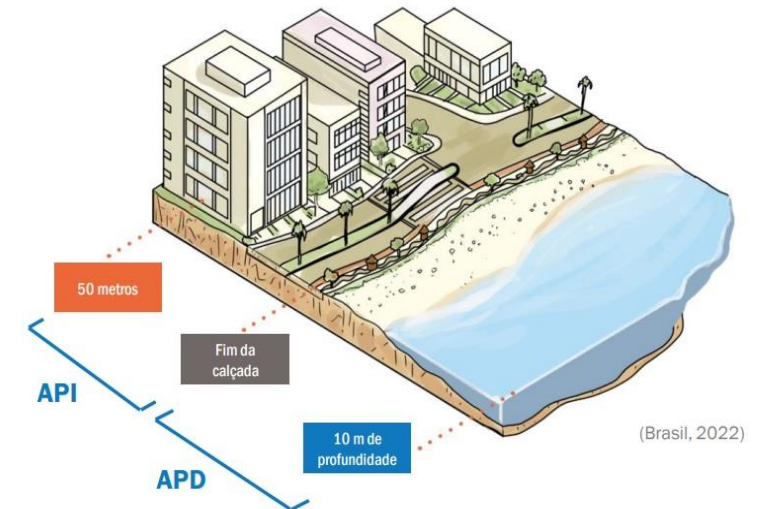


Delimitação da Orla



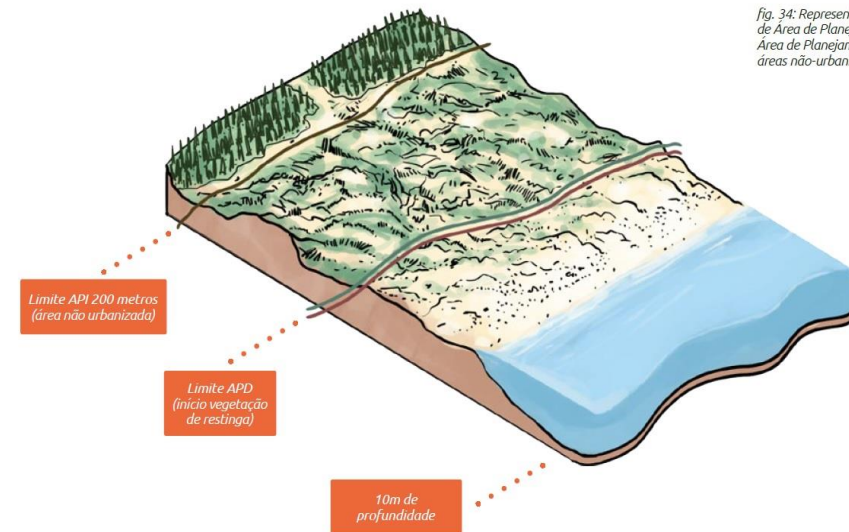
Área de Planejamento Direto (APD) → Ações (executadas no âmbito do PGI)

Área de Planejamento Indireto (API) → Diretrizes (orientar a tomada de decisões)



(Brasil, 2022)

fig. 34: Representação de um exemplo local de Área de Planejamento Direto (APD) e Área de Planejamento Indireto (API) em áreas não-urbanizadas



Atuação da SPU na elaboração do PGI



- A SPU desempenha papel fundamental nas diversas etapas de elaboração do PGI;
- Ela fornece informações patrimoniais para subsidiar a análise patrimonial da orla, um dos conteúdos do Diagnóstico no PGI;
- Realiza capacitação em noções sobre o patrimônio da União e sobre como geri-lo;
- Nas Oficinas atua nas discussões sobre a viabilidade legal de propostas no Quadro Detalhado do PGI;

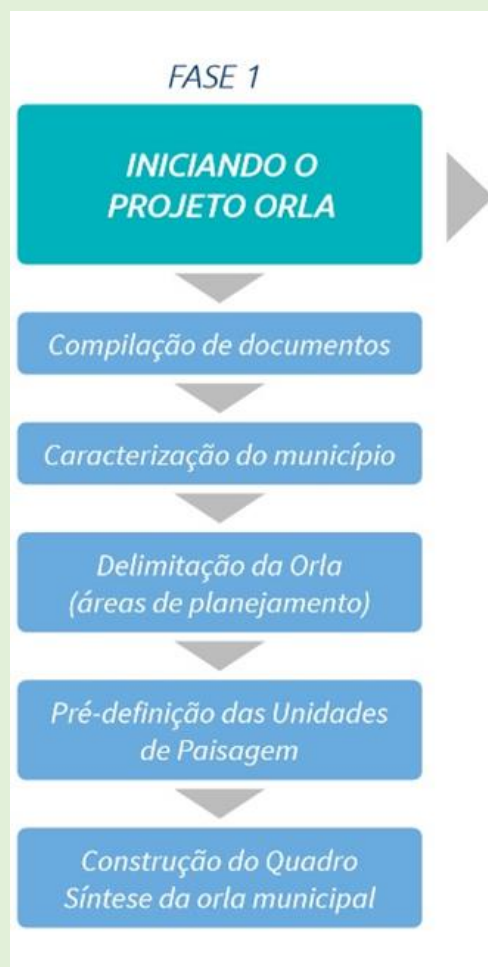
O Projeto Orla

Etapas do Plano de Gestão Integrada da Orla

Diagnóstico

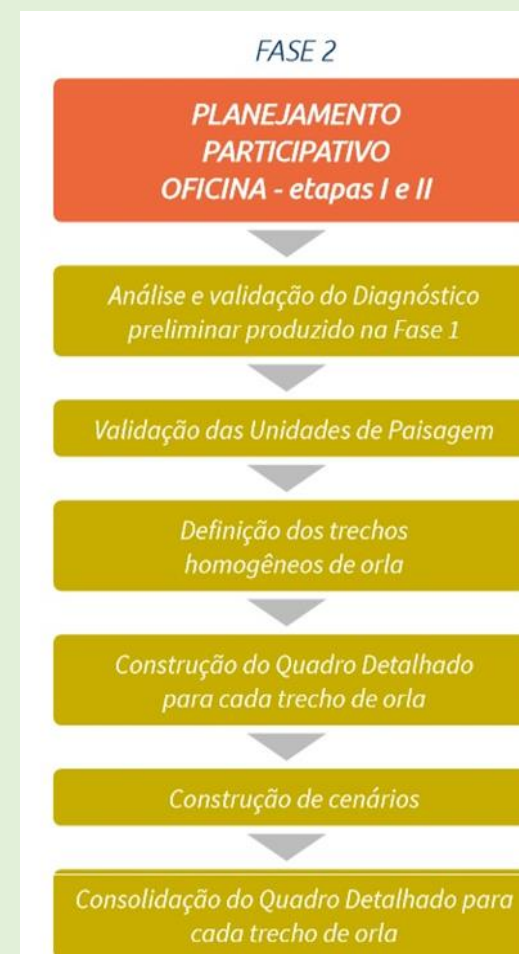
Fase 1 - etapa preparatória para a Oficina Etapa 1

- levantamento de todas as informações disponíveis sobre a orla:
 - ✓ áreas da União;
 - ✓ políticas incidentes;
 - ✓ projetos previstos;
 - ✓ instituições atuantes;
 - ✓ legislação aplicável;
 - ✓ restrições ambientais e outras;
- Visita técnica de reconhecimento de campo, para planejamento dos trabalhos

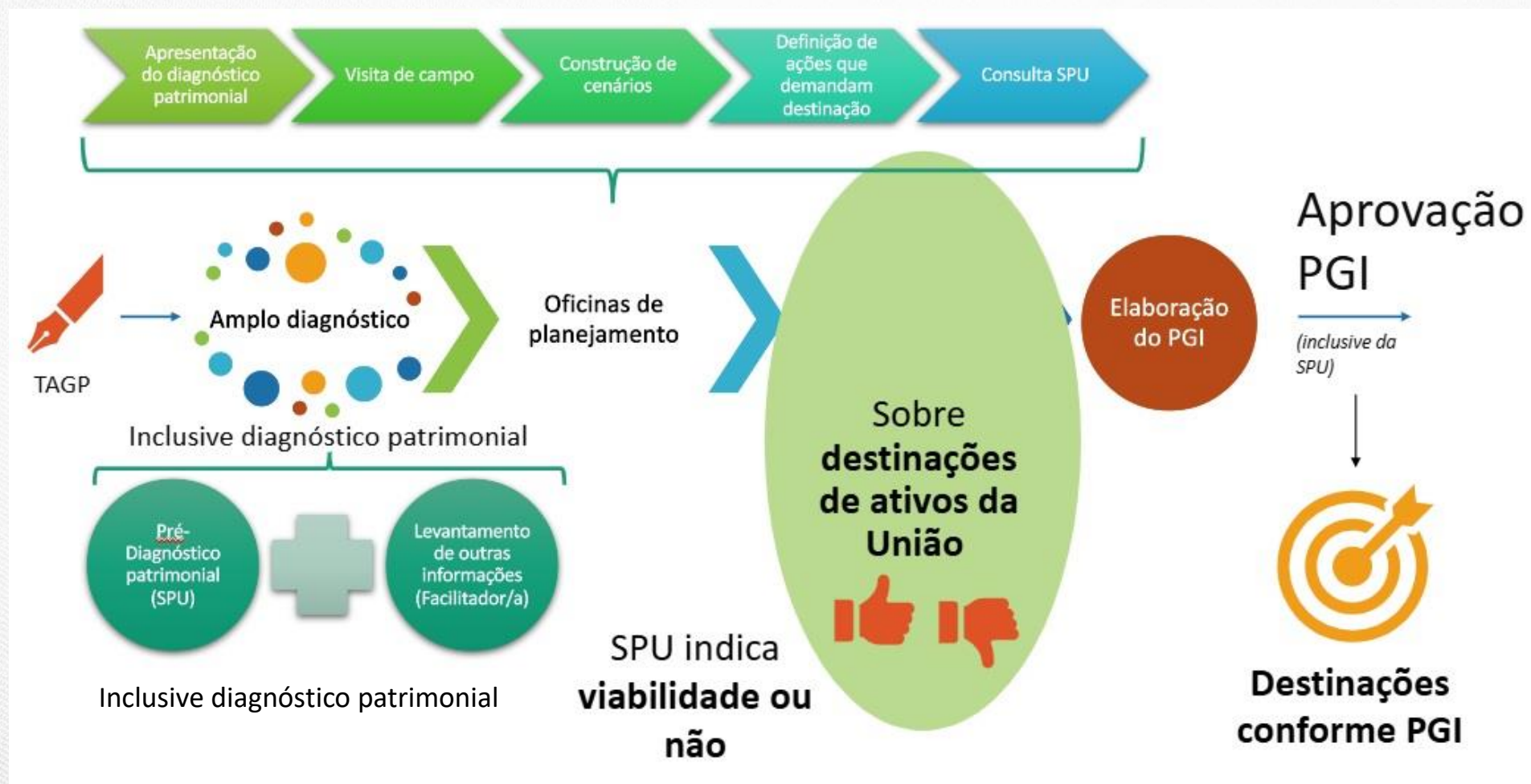


Oficina Participativa

Fase 2 - Validação na Oficina Etapa 1 das informadas sistematizadas



Diagnóstico Patrimonial



Diagnóstico Patrimonial

Material a ser levantado

- dados públicos referentes aos imóveis da União (status de incorporação, existência ou não de destinação, realização ou não de fiscalizações, existência de ações judiciais) e não poderão conter dados pessoais ou dados que possam ser associados a um indivíduo.



Diagnóstico Patrimonial

Área da SPU - Destinação

Tipo de documento	formato
➤ Lista de imóveis cadastrados no SPIUnet, CIDI e SIAPA ou as suas quantidades, ou ainda por demanda de imóveis ou áreas específicas;	Quadro em texto ou Excel (ou pdf) contendo RIP (ou NBP), endereço e regime de utilização (ocupação, aforamento, cessão, entrega, vago, em regularização, etc.)
➤ Lista de Termos, autorizações, PDISPs ou contratos;	Quadro em texto ou Excel (ou pdf) contendo RIP (ou NBP ou denominação da área caso não possua RIP ou NBP), identificador (Portaria XX, Termo YY) do termo, autorização ou contrato, ementa e endereço dos imóveis ou áreas que não constaram na lista anterior. Em municípios com TAGP, o Facilitador deve encaminhar consulta ao GMUP.
➤ Lista de Processos de destinação em trâmite;	Quadro em texto ou Excel (ou pdf) contendo RIP (ou NBP ou denominação da área caso não possua RIP ou NBP) e endereço dos imóveis ou áreas

- De posse das informações, Município e Facilitador(es) devem **estudar usos e ocupações viáveis para cada imóvel**, consultando e compilando eventuais restrições de natureza legal, patrimonial, urbanística e ambiental
- Quanto mais informações coletadas sobre os imóveis e **possibilidades de uso e ocupação**, maiores serão as oportunidades de **concretização das ações** a serem previstas para aquele território e aproveitamento do patrimônio imobiliário da União

Diagnóstico Patrimonial

Área da SPU - Caracterização

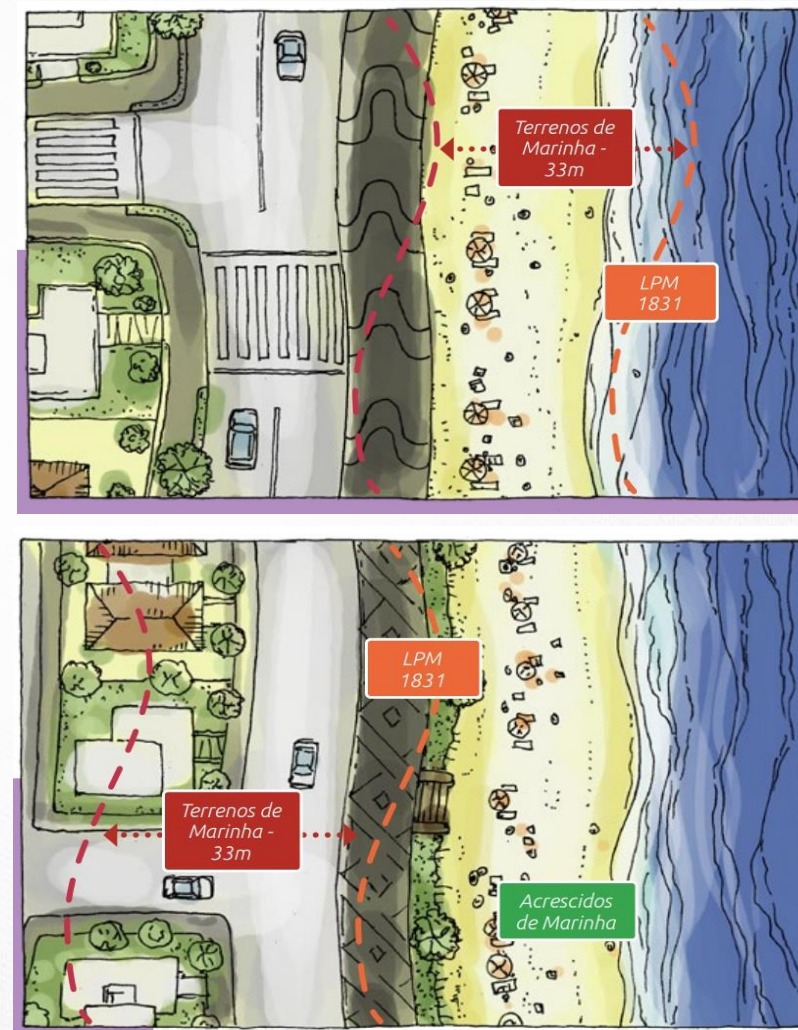
Tipo de documento

➤ formato

- Mapeamento de terrenos de marinha (LPM/1831), marginais (LMEO/1867) ou nacional interior arquivo vetorial georreferenciado: pdf, ou kmz, ou shp, ou dwg, ou tif;
- Mapeamento da Área Transferida: arquivo vetorial (shp) contendo polígono do TAGP; conforme IN 89/2021; arquivo vetorial georreferenciado: kmz, ou shp, ou dwg ou em pdf;
- Mapa ou croquis contendo a identificação de acessões e benfeitorias em áreas de uso comum sem destinação na SPU (exemplo: áreas objeto de auto de infração e ou de ação judicial); arquivo vetorial georreferenciado ou pdf, ou kmz ou imagem;
- Demais informações que a Superintendência entender pertinente ao melhor desenvolvimento do Plano (PGI). Texto ou o que for necessário.

Diagnóstico Patrimonial

- As informações patrimoniais enviadas pela SPU à Prefeitura subsidiarão a análise da estrutura fundiária das Unidades de Paisagem (UP) classificando:
- a natureza jurídica (Terreno de Marinha, praia, nacional interior),
- a categoria de uso dos bens da União (Bem de Uso Comum do Povo, Dominiais e Especiais) e,
- a destinação.



Diagnóstico Patrimonial

Material a ser levantado

Nas áreas pontuais com potencialidade de uso identificar:

- as demandas de destinação;
- a situação de incorporação (cadastrados, registrados em cartório)
- a existência de direitos sobre elas, conforme informações disponíveis nos sistemas, livros e processos do Órgão.
- Deve-se dispensar especial atenção às áreas de uso comum (praias, espelhos d'água) sem destinação na SPU, visando estabelecer um plano de ação para análise das soluções possíveis.

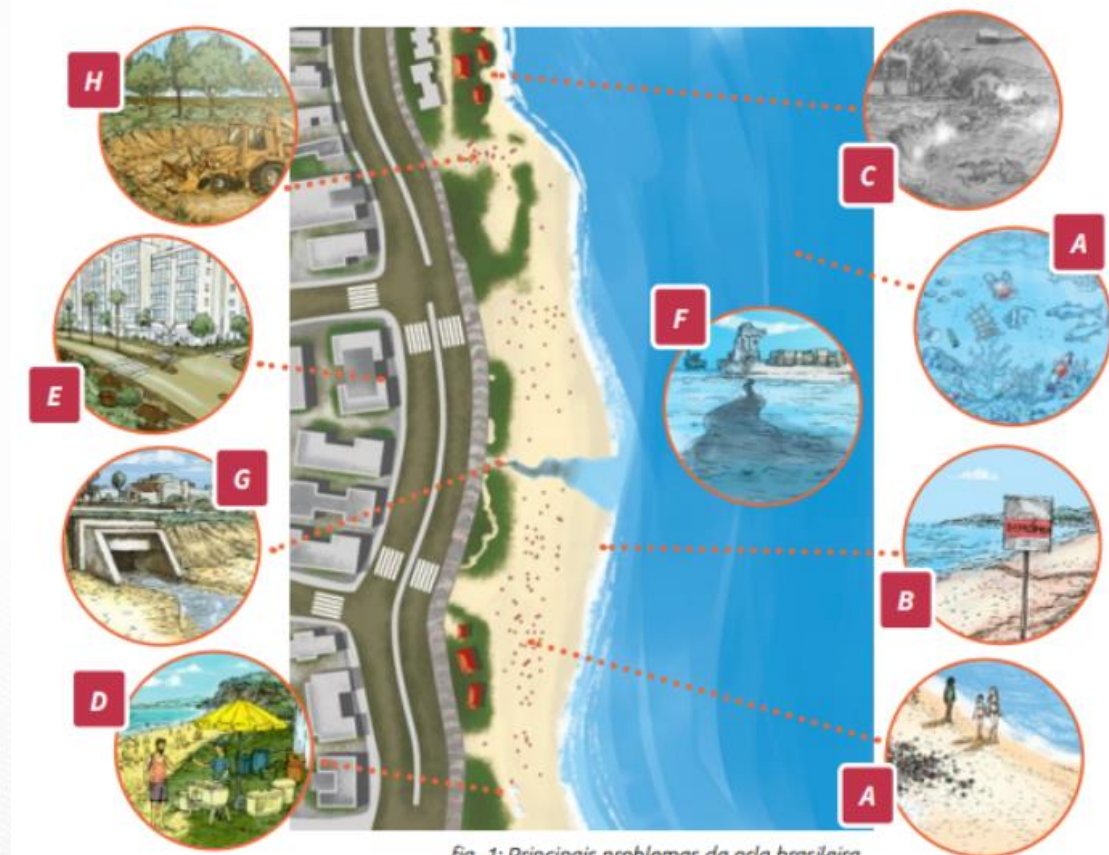


fig. 1: Principais problemas da orla brasileira

Diagnóstico Patrimonial

- ✓ Problemas
- ✓ Potenciais
- ✓ Necessidades, demandas, expectativas
- ✓ Possibilidades de utilização do território



Ações para mitigar problemas
Ações para aproveitar potenciais



O grande objetivo da gestão patrimonial no PGI é **cruzar consensos de utilizações desejadas para os imóveis da União** (fruto de toda a metodologia participativa do Projeto Orla) e **viabilizá-las por meio de instrumentos de destinação**, de forma a melhor **apoiar a concretização dos cenários desejados** para a orla municipal

Quais ações demandam destinação patrimonial? Como viabilizar o melhor uso dos imóveis da União, em prol do desenvolvimento econômico e social, sem descuidar da gestão ambiental?

Oficinas Participativas

A **Oficina etapa 1** está voltada para

- apresentação introdutória, com contextualização institucional
- apresentação dos aspectos teóricos
- apresentação e validação da Etapa 1 do Diagnóstico
- análise e adequação do Quadro-Síntese
- apresentação e validação das Unidades de Paisagem
- trabalho de campo
- definição de trechos homogêneos e classificação da orla
- construção do Quadro Detalhado para cada trecho da orla
- formulação de cenários para a orla, e
- planejamento das Ações e Agenda de Consolidação.

A **Oficina etapa 2** está voltada para

- a elaboração das propostas de ação;
- o preenchimento de eventuais lacunas das etapas anteriores;
- a definição de estratégias para execução, acompanhamento, avaliação;
- cronograma de implementação do PGI;
- Formação do Comitê Gestor da Orla

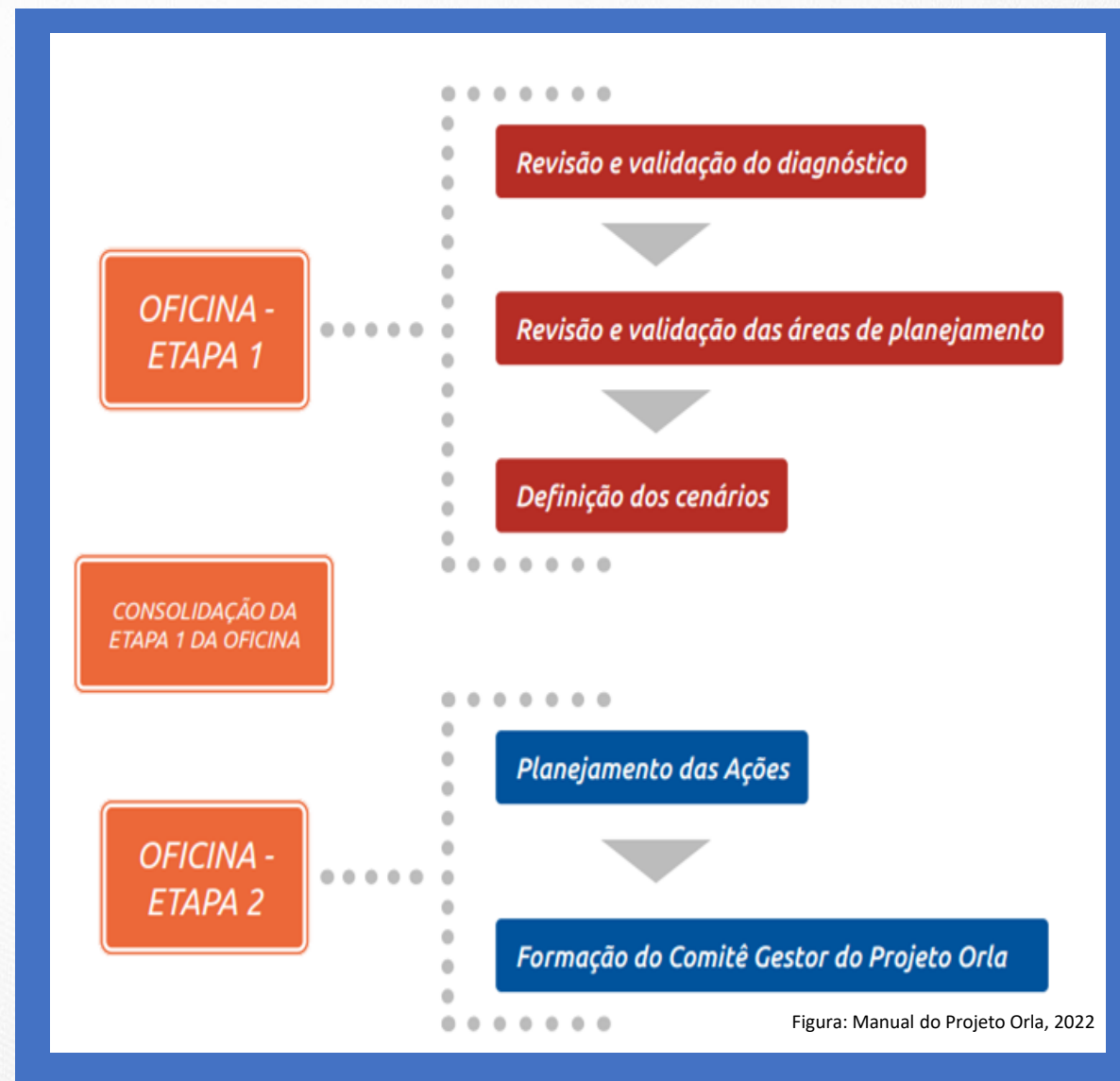


Figura: Manual do Projeto Orla, 2022

Quadro Detalhado do PGI

Quadro Síntese – por Unidade de Paisagem

Características físico-naturais	Características socioeconômicas	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras	Efeitos e Impactos associados ao problema e/ou potencialidades	Projetos previstos ou em implantação (públicos e privados)

Planilha Detalhada – por Trecho

QUADRO DETALHADO – POTENCIALIDADES E PROBLEMAS								
Unidade de Paisagem	Trecho	Classe	Configuração local e usos	n	Potencialidades e Problemas	Atividades geradoras	Efeitos e Impactos	Projetos previstos ou em implantação
Espaço de características gerais semelhantes	Setor homogêneo de praia	Definição da classe do trecho (A, B ou C) conforme Decreto 5.300/2004	Detalhamento do quadro geral para o trecho	Núm. Id. problemas ou potencialidades	Detalhamento do quadro geral para o trecho	Causa do problema ou atributo da potencialidade identificada para o trecho	Descrição de efeitos e impactos associados ao problema ou à potencialidade	O que existe para a área?
QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES								
Ação ou Diretriz		Finalidade	Área de Planejamento	Relação ODS	Prazo de execução	Duração e regularidade	Responsável	Parceiros
O que fazer para resolver o problema ou maximizar as potencialidades?		Como a ação ou diretriz poderá resolver o problema ou maximizar as potencialidades?	APD ou API	citar nº do ODS	imediato - em até 3 meses; curto - em até 6 meses; médio - em até 18 meses; ou longo - mais de 18 meses	contínua - sazonal – pontual	Indicação prévia da instituição responsável pela execução das ações ou diretrizes	Indicação prévia de possíveis parceiros para a execução das ações ou diretrizes
QUADRO DETALHADO - CONSOLIDAÇÃO								
Legislação aplicável		Demanda alteração de leis vigentes?		Demanda destinação de imóveis da União?		Indicador	Fonte de recursos	
Indicar normativas municipais, e se for o caso estaduais e federais ligadas à ação ou diretriz proposta		Indicar (sim ou não) com relação à necessidade de alteração da legislação - em caso positivo, descrever e justificar ao longo do texto no PGI		Indicar (sim ou não) com relação à necessidade de destinação de imóveis da União para a ação - em caso positivo, descrever e justificar ao longo do texto no PGI		Medida de implementação/ alcance da ação	Indicar possíveis fontes de recursos	



Área de Planejamento

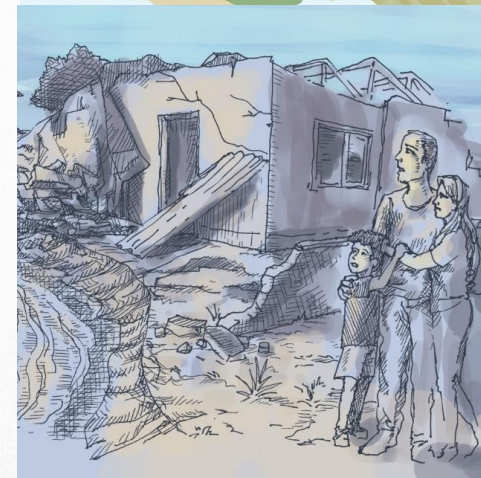
Visita de Campo

Objetiva constatar, em campo, se os conhecimentos agrupados nas atividades anteriores trouxeram elementos suficientes para caracterizar a orla sob o ponto de vista da ocupação, das questões ambientais e socioeconômicas.



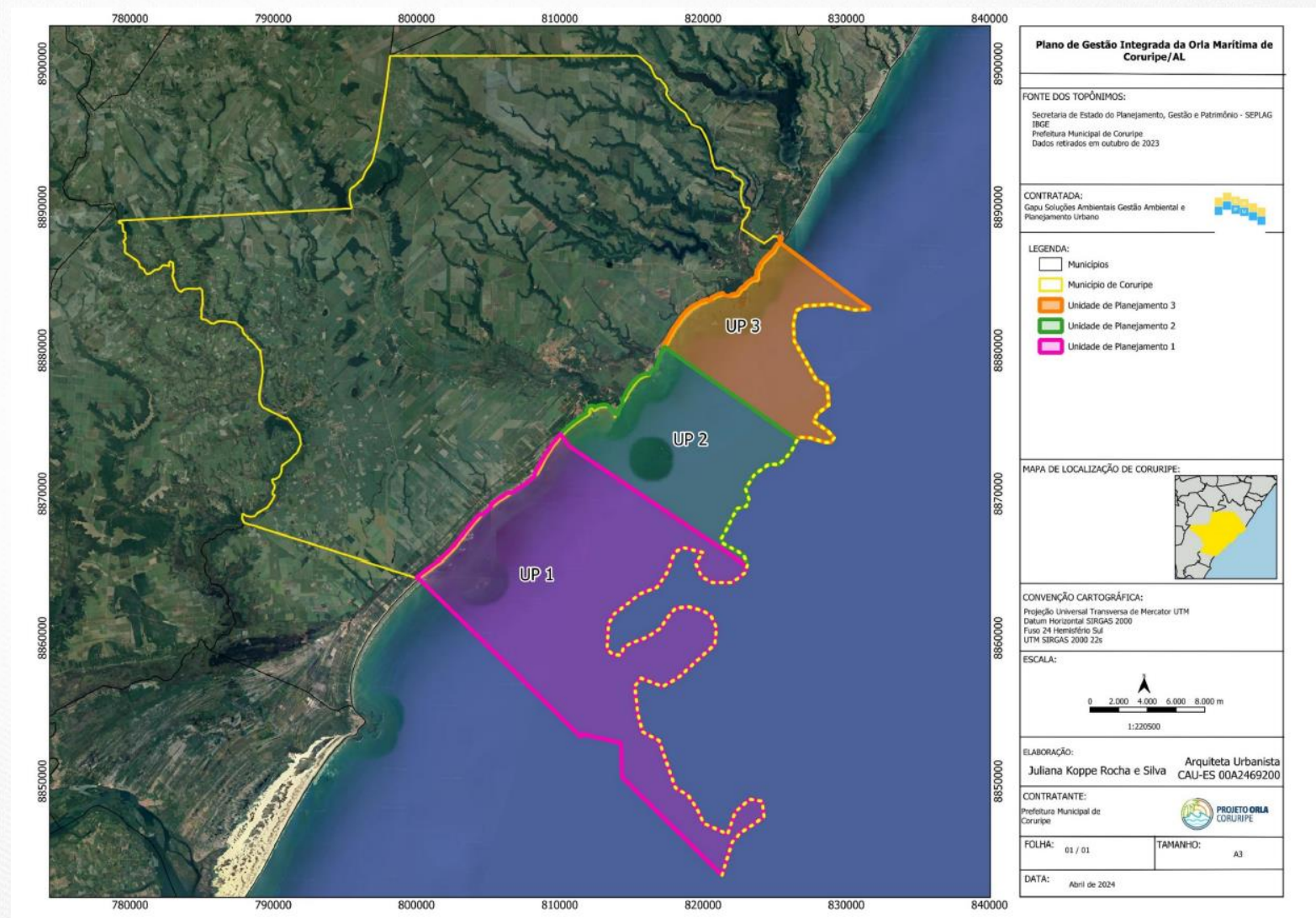
Aspectos patrimoniais a serem observados

- situação de acesso à praia (com registro de eventuais bloqueios, como cercas e muros, ou restrições, com cobrança de taxa de ingresso ou valor de consumação mínimo);
- existência de construções na faixa de areia da praia;
- situação de ocupação das áreas de uso comum do povo, tanto calçadão quanto faixa de areia da praia, por mobiliário, barracas e outros;
- exposição de publicidade;
- presença de comunidades tradicionais, como colônia de pescadores, quilombolas, indígenas;
- imóveis com usos em desacordo dos previstos em destinações vigentes (imóveis destinados e desocupados ou imóveis com finalidade diversa da prevista), especialmente destinações com alguma inadimplência e instrumentos precários;



Definição das UPs

As unidades de paisagem devem ser identificadas na Fase 1 do Diagnóstico e serão apresentadas, discutidas e validadas durante a Etapa 1 da Oficina (Fase 2 do Diagnóstico)



Classificação da orla



Classe A (ações preventivas)

Baixíssima ocupação - trechos de orla onde a preservação e conservação das características naturais devem ser priorizadas;

Classe B (ações preventivas e corretivas)

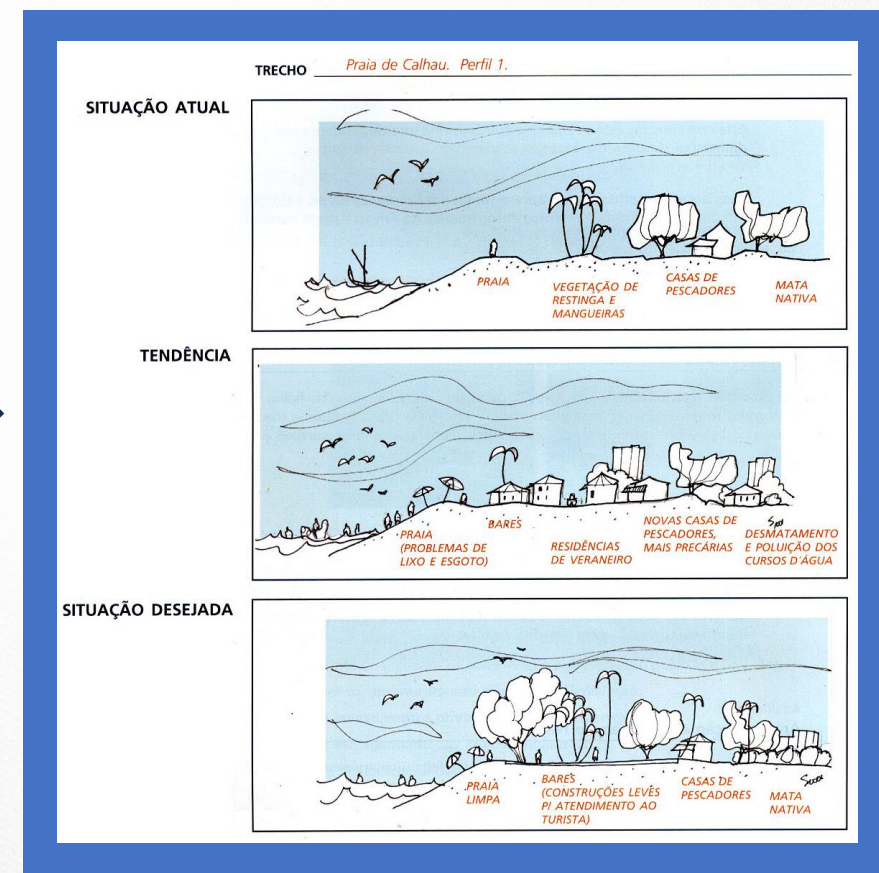
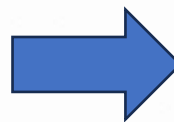
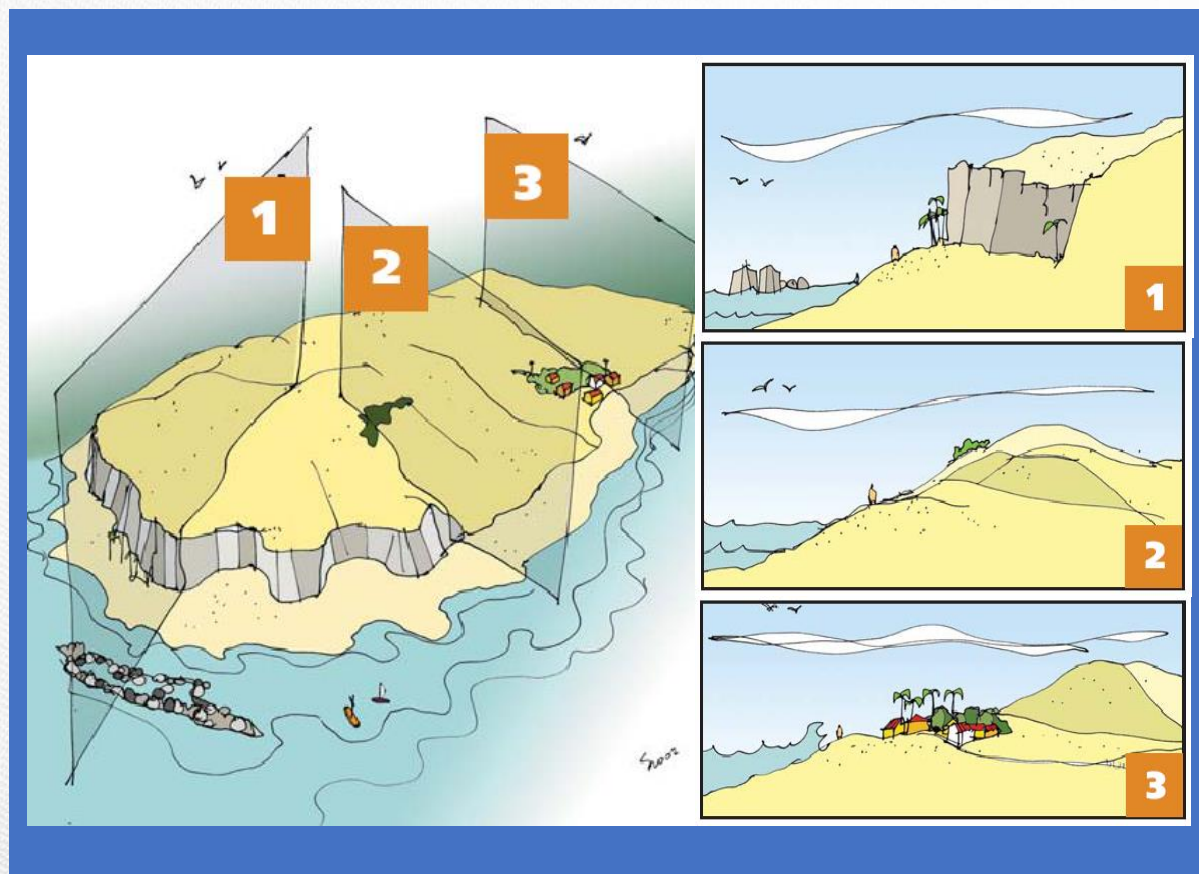
Baixo a médio ocupação – os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que tragam baixo potencial de impacto devem ser estimulados;

Classe C (ações corretivas)

Médio a alto adensamento populacional - Trechos de orla com usos pouco exigentes quanto aos padrões de qualidade e/ou com maior potencial de impacto

Cenários

Construção dos perfis, por meio da observação e identificação dos elementos conceituais estudados



O Projeto Orla



Fotos: Instituto Nila



Construção de cenários - PGI Navegantes



Etapa 1 da Oficina – PGI Vitória



Fotos: Instituto Nila

Visita Técnica – PGI São Francisco do Sul



Audiência Pública – PGI Recife



Fotos: Urbetc

Etapa 2 da Oficina – PGI Cabedelo



Etapa 2 da Oficina – PGI Balneário Piçarras

O Projeto Orla

Etapas do PGI no Quadro Detalhado

Oficina Participativa – etapa 1

Oficina Participativa – etapa 2

Consolidação

QUADRO DETALHADO								QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES								QUADRO DETALHADO - CONSOLIDAÇÃO						
Identificação da área	Trecho	Classe	Configuração local	n	Potencialidades e Problemas	Atividade geradora	Efeitos e Impactos	Projeto/proposta ou implementação	Ações/Diretrizes	Finalidade	Área de Planejamento	Relação ODS	Prazo de execução	Duração e regularidade	Responsável	Parceiro	Interação específica	Demanda de alteração do local vigente?	Demanda de destinação do imóvel da União?	Indicador	Fonte de recurso	
Espaço de recreação e lazer	Sítio	Classe de trechos (A, B ou C) conforme Diretriz 2.1.1	Detalhamento da quadra geral para o trecho	Indicar a identificação do problema	Detalhamento da quadra geral para o trecho	Causa do problema ou atributos da potencialidade identificada para o trecho	Duração do efeito e impacto associado ao problema ou à potencialidade	O que existe para a área?	O que fazer para resolver o problema ou maximizar a potencialidade?	Como a ação ou diretriz poderá resolver o problema ou maximizar a potencialidade?	APD ou API	alterar de ODS	Imediata - em até 3 meses; curta - em até 18 meses; média - em até 36 meses; longa - mais de 36 meses	contínua - sazonal - pontual	Indicação prévia da instituição responsável pela execução das ações ou diretrizes	Indicação prévia do parceiro para atuar para a execução das ações ou diretrizes	Indicar o nome do(s) responsável(es) com relação à necessidade de alteração da destinação do imóvel da União para a ação - em caso positivo, descrever a justificativa em linguagem de PGI	Indicar a alteração da destinação do imóvel da União para a ação - em caso positivo, descrever a justificativa em linguagem de PGI	Indicar a medida de implementação alcançada	Indicar o parceiro para o recurso		
01 SUL	09 - Praia central			1	Reurbanização da areia.	- Orla com urubum; planejamento, com utilização de balnear natural e oferta de dinâmicas curtas; - Erro de carteira	- Valorização do paisagem; - Valorização do espaço público; - Valorização do espaço público	Rede Gigante	Projeto de reurbanização da areia da praia central com aproveitamento da rede gigante	- Desenvolvimento local com base na cultura e tradições; adequação da infraestrutura	APD	9; 9; 11; 12; 13; 16; 17	longo prazo	pontual	Prefeitura e investidor privado	Ministério do Turismo	na Diretoria municipal	Não	Sim	Relatório de execução	Investimento privado; Fundo Cidadão	
				2	Gastronomia local (Frutas de mar e derivados da região - mariscos)	- Gastronomia local baseada em produtos locais e tradicionais; - Piquetes	- Desenvolvimento local com base na cultura e tradições; - Valorização do espaço público; - Valorização do espaço público	não existe	Projeto de rede e valorização da gastronomia local com a abertura de restaurantes na rede de reurbanização da areia	- Desenvolver e valorizar a gastronomia local, com base na cultura e tradições; - Valorização do espaço público; - Valorização do espaço público	APD	2; 5; 9; 10; 11; 12; 17	longo prazo	contínua	Universidade	Prefeitura, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Regional	na Diretoria municipal; na de desenvolvimento (Diretoria Municipal)	Não	Não	Relatório de projeto	Iniciativa privada; Fundo de Assistência ao Turismo	
				3	Apresentação de ideias e projetos de melhoria da praia.	- Ocupação do espaço público; - Ocupação do espaço público; - Ocupação do espaço público	- Redução do lixo da praia; - Degradação do paisagem; - Degradação do paisagem	Termo de ajustamento de conduta para remoção de lixo da praia	Execução do Projeto de reurbanização da praia, com base na TAC - Termo de Ajustamento	- Recuperação da praia e do uso público	APD	10; 11; 13; 16	longo prazo	pontual	SP/UF, OEMA, Prefeitura	Ministério Público	na Diretoria Municipal; Diretoria Municipal	Não	Não	Relatório de remoção de lixo da praia	Fundo Carta Atlântica	
				4	Atividade de lazer e recreação na praia.	- Turismo e atividade de lazer; - Turismo e atividade de lazer; - Turismo e atividade de lazer	- Continuidade da areia por meio da rede de reurbanização da areia	Limpeza diária na areia (em implementação via Prefeitura)	Elaboração e execução do projeto de Educação ambiental sobre a praia	- Recuperação e manutenção das características ambientais	APD	10; 11; 12; 14; 17	curto prazo	contínua	Prefeitura	ONG, Universidade, Ministério do Meio Ambiente	na Diretoria Municipal; na de Meio Ambiente	Não	Não	Relatório de projeto de EA	Fundo Carta Atlântica; ONG; Parceria com Universidade e Centro de pesquisa e extensão	
				5	Ocupação do espaço público próximo à praia.	- Ocupação do espaço público; - Ocupação do espaço público; - Ocupação do espaço público	- Perda de qualidade de vida; - Perda de qualidade de vida; - Perda de qualidade de vida	REURB (prevista) Plano Diretor Municipal (em implementação)	Fiscalização do abrigo	- Campatibilizar a área humana com a manutenção das características ambientais	API	11; 16	imediata	contínua	Prefeitura	Associação de moradores; MPE	na Diretoria Municipal; Diretoria Municipal	Sim	Sim	Número de abrigo de infração	Fundo Cidadão	
				6	Acidentes com banhistas e surfistas.	- Risco de morte em área de praia; - Danos materiais; - Danos materiais; - Danos materiais	- Acidentes com banhistas e surfistas; - Acidentes com banhistas e surfistas; - Acidentes com banhistas e surfistas	TAC - Ordenamento para surf (em implementação)	Revisão do ordenamento para surf	- Orientação do uso e prevenção de acidentes.	APD	3; 9; 11; 17	imediata	sazonal	Ministério Público	Colônia de Pesca, Associação de Surf, Prefeitura, ONG	na Diretoria Municipal; na de Ordenamento para surf; Prefeitura, ONG	Sim	Não	Número de acidentes com banhistas e surfistas	Fundo Carta Atlântica; ONG; Parceria com Universidade e Centro de pesquisa e extensão	
				7	Degradação das dunas.	- Erosão das dunas; - Erosão das dunas; - Erosão das dunas	- Degradação do paisagem; - Perda do habitat natural; - Poluição sonora	Plano de Manejo das dunas (prevista)	Licenciamento e execução do Plano de Manejo das dunas	- Definição técnica de ações de manejo das dunas e praia	APD	11; 13; 15; 16	curto prazo	contínua	Prefeitura	OEMA	na Diretoria Municipal; Diretoria Municipal	Não	Não	Licença do Plano de Manejo das dunas e praia	Fundo Carta Atlântica; ONG; Parceria com Universidade e Centro de pesquisa e extensão	
				8	Incapacidade de usar na faixa de praia.	- Capacidade de uso da praia; - Capacidade de uso da praia; - Capacidade de uso da praia	- Perda de qualidade de vida; - Perda de qualidade de vida; - Perda de qualidade de vida	Ordenamento da praia (prevista) Plano de Manejo das dunas (em implementação)	Ordenamento da praia	- Campatibilizar a atividade da praia com a manutenção das características ambientais	APD	9; 10; 11; 12; 16; 17	médio prazo	sazonal	Prefeitura	Associação de moradores	na Diretoria Municipal; na de Meio Ambiente	Sim	Não	Participação municipal do ordenamento da praia	Fundo de Assistência ao Trabalho	

O Projeto Orla

Fluxo

O prazo entre a entrega do PGI até a audiência é de aproximadamente 120 dias

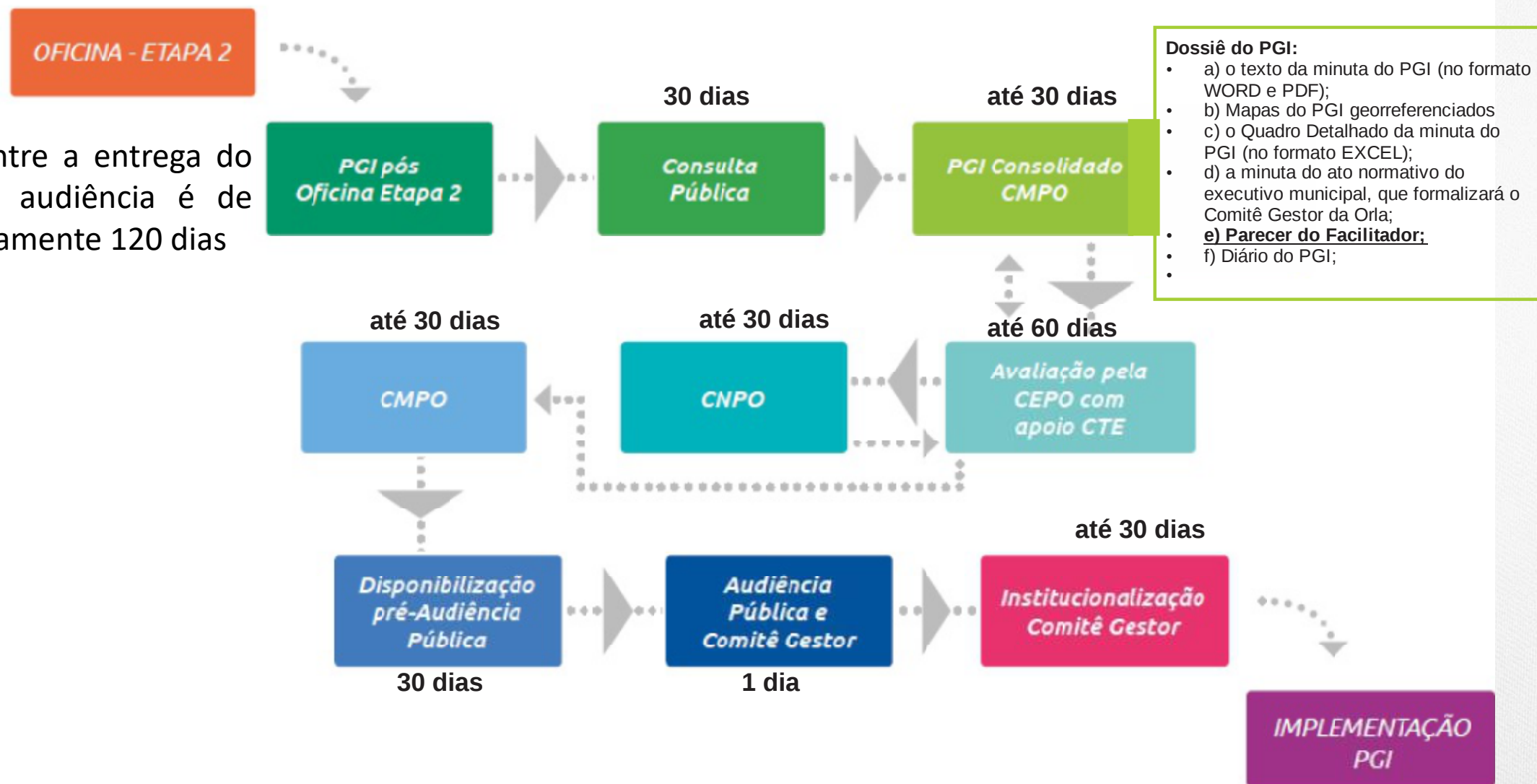


fig. 60: Fluxograma da aprovação do Plano de Gestão Integrada da Orla.

O Projeto Orla

O Projeto Orla é um processo contínuo



Figura: Manual do Projeto Orla, 2022

Resultados esperados

Qualificação ambiental

- Recuperação de áreas degradadas
- Proteção de dunas e restingas
- Proteção contra erosão costeira
- Gestão de resíduos sólidos
- Qualidade da água e da areia
- Educação ambiental

Qualificação urbana

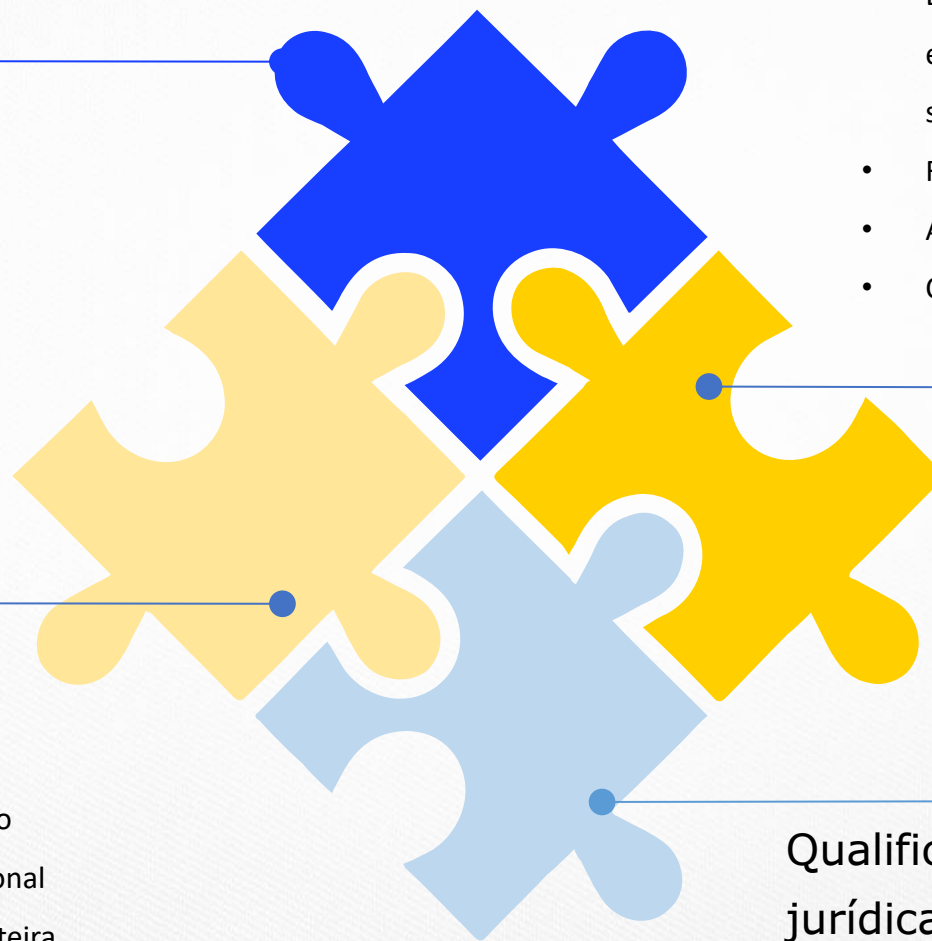
- Planejamento urbano
- Melhoria do sistema viário
- Garantia do acesso universal
- Melhorias no sistema de saneamento básico
- Regularização fundiária e provisão habitacional
- Projetos e obras de prevenção à erosão costeira

- Estruturas de apoio aos usuários (locais e turistas) – estacionamentos, iluminação, segurança, postos médicos, serviços de atendimento capacitados, esportes etc.
- Fomento restaurantes, bares, hotéis etc.
- Agenda de eventos anuais
- Certificação de praias – publicidade universal

Qualificação turística

- Regularização fundiária e provisão habitacional
- Destinação de áreas para implementação de políticas públicas

Qualificação patrimonial e segurança jurídica



Obrigada!

Wagneide Rodrigues

cgmar-spu@gestao.gov.br

61 2020 5115

Coordenação-Geral de Gestão de Territórios Costeiros e Marginais
Diretoria de Destinação de Imóveis
Secretaria do Patrimônio da União